

MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA E A OFENSIVA CONTRA O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: APORTES PARA UM DEBATE.

Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza (GRUPO THESE)

Douglas Ribeiro Barboza (UFOP)

Emilia Oliveira Rodrigues (UFOP)

Fabiana da Conceição Timóteo (UFOP)

Flávia Maurício Figueiredo (UFOP)

Resumo: O presente estudo busca fazer uma análise do processo de trabalho na sociedade capitalista, diante das transformações societárias impostas pelo atual estágio do capitalismo, e quais as conseqüências das novas roupagens do processo de trabalho para a efetivação das reivindicações das lutas dos trabalhadores. Tentamos desvendar as implicações da desregulamentação e flexibilização do trabalho nas condições de vida e de cidadania dos trabalhadores na atual quadra histórica do cenário nacional. Tais questões foram desenvolvidas através da pesquisa realizada no projeto de pesquisa “Democracia, desenvolvimento capitalista e as lutas dos trabalhadores no Brasil”, na qual busca-se investigar, a partir do substrato teórico-metodológico do materialismo histórico, as relações entre a construção da democracia e as transformações societárias engendradas pelo atual estágio de acumulação do capitalismo no cenário brasileiro.

O desenvolvimento das forças produtivas e a contradição fundamental do capitalismo

Através do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho é possível o aumento da produtividade e do trabalho humano ao longo da história. O caráter da atividade realizada pelos indivíduos na fabricação dos produtos determina o tipo de relação a ser estabelecida entre os trabalhadores e os meios de produção. Deste modo, o que distingue as épocas econômicas umas das outras não é o que se faz, mas sim como se faz; a complexidade contida no produto. Baseadas no desenvolvimento dos instrumentos de trabalho são criadas determinadas relações entre os homens através do processo de produção. No entanto, é preciso destacar que não é a transformação do instrumento, em si, o que permite a passagem a outro modelo de produção, mas essencialmente a nova relação social viabilizada por este novo instrumento; este novo modo de produção será dependente da força de trabalho humana e de como se dará a relação de produção na utilização do novo instrumento e da força de trabalho na definição do tempo destinado à produção.

A divisão do trabalho trouxe condições dos homens desenvolverem técnicas que ajudaram no aumento da produção. Por exemplo, se determinado grupo era responsável pelos instrumentos, foi possível aprimorar a técnica destes instrumentos, aumentar a quantidade de instrumento e sua qualidade. Desta forma era possível à comunidade produzir mais do que ela precisava e com a produção de excedentes foi possível a atividade comercial que continuava

valorizando o produto produzido em outras esferas. O dinheiro surge junto com a ampliação da atividade de troca, no início sendo representado por algo raro, como o ouro e o sal em outras épocas.

Ao homem operário, que pensa, no processo de trabalho, como aumentar a produtividade da empresa, a ele e aos seus companheiros de trabalho não responderá a nada esse conhecimento que será apropriado pelo capitalista e de certa forma expropriado do trabalhador, que não terá condições de pensar sobre o trabalho mesmo que nele haja disposição para isto, na medida em que lhe falta meios, acesso à terra, acesso aos instrumentos de trabalho que no capitalismo só é possível dentro das relações do capital, na concessão privada do uso dos meios de produção capitalistas, ou seja, na venda da força de trabalho humana.

Contudo, a capacidade pessoal para utilizar os instrumentos de trabalho continua a ser o fundamental nesta forma de produção. O capitalista, apesar de ser dono dos meios de produção, não tem um controle total do processo, que depende de aptidões pessoais que escapam ao seu domínio. Ele procura ultrapassar estes limites, que depende da habilidade e eficiência pessoal do trabalhador, substituindo o trabalho humano pelas grandes máquinas industriais. Nesta etapa, o trabalhador perde o controle sobre os seus instrumentos de trabalho e fica sujeito ao ritmo, eficiência e tipo de atividade que lhe é imposto por uma máquina que é propriedade do capitalista.

A habilidade do trabalho é realizada pela máquina, simplesmente operada pelo trabalhador. Deste modo, o dono dos meios de produção passou a controlar de forma total e definitiva o processo de produção, ficando mais nítida a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, quando o trabalhador tem seu conhecimento substituído pela máquina numa busca social pelo aumento da produção, posta pelo capitalismo em primeiro lugar em detrimento das pessoas.

A desumanização capitalista não é fruto apenas da perda de direitos, visto que esta perda é elemento da perda da condição de classe burguesa, elemento que também enfraquece a luta dos trabalhadores na relação dialética entre as duas classes (como veremos mais adiante com as análises realizadas por Florestan Fernandes). Mas, o elemento fundador da desumanização no capitalismo é a expropriação do próprio trabalho reduzido a emprego.

Como destaca Marx (1996), o operário na grande indústria deixa de controlar não só a forma como se produz, mas também os seus instrumentos, ficando submetido às máquinas e passando assim a ser mais uma peça da engrenagem que é o processo de produção capitalista.

Trata-se do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista com a subordinação real do trabalho ao capital.

As forças produtivas são energia com que uma sociedade conta para produzir. São constituídas por todos os elementos que intervêm na produção material: a força de trabalho, com a sua capacidade e grau de especialização; os meios com que se trabalha (instrumentos, máquinas, edifícios, etc. e a memória sobre a qual se trabalha). Elas não são uma simples soma destes elementos, mas dependem da forma como estes elementos se combinam.

Não há relações técnicas independentes de uma determinada forma de subordinação a relações sociais de produção. Portanto, se estas relações mudam, deve mudar também a forma como se estrutura o processo de trabalho, isto é, as relações técnicas de produção. É este o caso da transição para o socialismo em que a implantação das novas relações de produção (socialista) deve ser acompanhada pela modificação da estrutura do processo de trabalho, de tal modo que este permita a apropriação real, pelos trabalhadores, do processo de produção, eliminando-se definitivamente a separação que o capitalismo estabelece entre o operário e os meios de produção.

Os trabalhadores destituídos dos meios de produção comparecem ao espaço de produção junto com outros trabalhadores como única alternativa de sobrevivência: vender sua habilidade, a qualidade do produto, ao capitalista. Os produtos, que agora são criados socialmente, ou melhor, controlados no domínio dos meios de produção, não ficam como propriedade daqueles que realmente operam os meios de produção, isto é, os verdadeiros produtores, mas passam para as mãos do dono dos meios de produção. Vemos que há aqui uma contradição entre o caráter social da produção e a forma privada da apropriação capitalista. À medida que o capitalismo se desenvolve e expande, esta contradição vai se intensificando.

Esta contradição é cada vez mais evidente, porque, desde o início do modo de produção capitalista, existe uma contradição entre o caráter privado da propriedade capitalista dos meios de produção e o caráter social que teve, desde o seu início, a força de trabalho. Podemos agora perceber porque é que Marx afirmou que a contradição fundamental do capitalismo é a contradição entre o caráter cada vez mais social das forças produtivas e a propriedade privada capitalista dos meios e produtos de produção cada vez mais concentrada.

A interdependência dos diferentes setores da economia no capitalismo só poderá se dar em favor da reprodução do capital e não em favor da manutenção da vida humana na preservação de suas múltiplas dimensões. A repartição da mais-valia gerada na produção sob a forma de lucros entre industriais, banqueiros e comerciantes, corresponde à separação do

capital total em capitais específicos (industrial, bancário e comercial). Como todos os capitalistas (industriais, banqueiros ou comerciantes) têm no lucro a sua ação, é fácil compreender porque entre eles reina uma intensa concorrência, não apenas entre esses grupos, mas entre os componentes de cada grupo. A natureza dessa concorrência transforma-se com o aperfeiçoamento dos monopólios. Qualquer que seja sua natureza, a concorrência é um componente da dinâmica do *modo de produção capitalista*, a ponto de dizermos que não existe capitalismo sem concorrência, e que, se esta está em crise, do mesmo modo está o sistema capitalista.

A crise capitalista aparece inversamente à crise pré-capitalista, como uma superprodução de valores de uso. Não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor e quando isto acontece os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura, restringindo ao limite a produção. (NETTO; BRAZ, 2007).

Ao analisarmos a formula geral do movimento do capital D-M-D', o capitalista investe dinheiro para produzir mercadoria com o único objetivo de produzir mais dinheiro do que investiu. A mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em mais dinheiro. A crise representa a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em mais dinheiro. Desta forma, a acumulação do capital não pode prosseguir.

A mercadoria é o elemento fundamental na leitura da sociedade capitalista, visto que na sua produção (instrumentos, matéria e força de trabalho) se gera o valor. Na leitura do capitalismo é importante analisarmos como o valor se multiplica junto à compreensão de como ele se produz, problema fundamental discutido por Marx em “O Capital”.

É a dependência recíproca de todos os produtores que gera a necessidade de um mediador generalizado na necessidade permanente da troca e do valor de troca, fazendo com que os produtos do trabalho assumam a forma de mercadoria. Os objetos úteis, frutos de trabalhos concretos, qualitativamente determinados, de produtores privados independentes, assumem a forma mercadoria porque necessitam ser trocados. Podem ser trocados, porque contêm uma substância comum, mais além de sua qualidade determinada: trabalho humano coagulado, medido pelo tempo – tempo de trabalho socialmente necessário - o que permite estabelecer a relação de equivalência entre mercadorias qualitativamente distintas, relacionando-as entre si.

O processo de produção capitalista de mercadorias se realiza sob o comando do capital, congregando e reproduzindo forças produtivas, relações sociais de produção e

concepções espirituais de mundo. Este movimento abrange as esferas da produção e da distribuição de produtos, a criação de valores e mais-valia e sua realização no mercado.

Analisando os “Grundrisse”¹, Iamamoto (2007, p. 376) ressalta que, no capitalismo, a forma mercantil é forma necessária e geral dos produtos do trabalho, das condições de trabalho e dos meios de vida. "Espraia-se no conjunto da vida social, atingindo a força de trabalho do trabalhador ‘livre’ tornando o trabalho assalariado". Este, entretanto, só é criado em sua plenitude, quando a ação do capital alcança também a propriedade da terra, expressa através da renda fundiária capitalista, ou seja, quando a terra, como natureza, deixa de ser fonte direta de subsistência, arrancando os "filhos da terra do seio que os criou" para tornar-se fonte mediada de subsistência, completamente dependente das relações sociais. A propriedade capitalista da terra transforma a agricultura, possibilitando uma difusão do trabalho assalariado e a aplicação dos resultados acumulados pela ciência no desenvolvimento das forças produtivas.

Desta forma, assim como a mercadoria é unidade imediata de valor de uso e valor, o processo de produção capitalista de mercadorias é unidade imediata de processo de trabalho e de criação de valor e de mais-valia.

Na sociedade capitalista, o ponto de partida é o processo imediato de produção, é o capital na forma dinheiro, de grandeza definida, empregado de forma que vise o seu crescimento, o que, para o capitalista como persona do capital, aparece como intenção ou finalidade do uso de algo que lhe pertence. Assim, o fim e o resultado do processo de produção representam a conservação do valor inicialmente adiantado e a produção de um valor excedente, mediante apropriação de trabalho não pago: a produção de mais-valia.

Para Marx (1980), o pressuposto da existência do capital é o trabalhador livre: o capital tem origem nas condições do trabalhador livre. A separação do indivíduo com relação às condições do seu trabalho: o agrupamento de muitos em torno de um capital. A reprodução do valor, para além daquela relacionada à reprodução da força de trabalho, é relação que também só é possível com o adicional *força de trabalho humano*, mesmo que estejamos nos referindo a atividades de alta tecnologia, visto que estas também requerem planejamento para a execução das vendas e esforço humano.

O capitalismo, portanto, é um sistema que permite o fortalecimento da classe burguesa, tornando possível que mais pessoas repitam esta engenhosa relação capitalista na busca do lucro, reforçando o princípio motor do desenvolvimento desta sociedade. Porém

¹ Cf. Marx (1980, II, 217-218).

quem poderá permitir a estas frações de classe realizar este tipo de investimento é o próprio capitalista que hoje executa estas ações via sistema de créditos, que contribui para a alienação na divisão do excedente da classe média alta e na expropriação do que foi acumulado, poupado pelo trabalhador numa relação longa que torna o trabalhador dependente destas relações numa conquista de aliados e simpáticos ao sistema capitalista empreendedor, gerador de créditos.

A ofensiva do capital a partir da década de 1970, a égide do capital financeiro e as consequências para as classes trabalhadoras.

Os traços regressivos da atual quadra histórica se abriram quando, em meados da década de 70 do século XX, a dinâmica capitalista assistiu ao processo de esgotamento da *onda longa expansiva* verificada nos trinta anos anteriores e à sucessiva configuração de um estágio de *recessão generalizada* experimentado de forma inédita pela economia capitalista mundial desde o pós-guerra² e que envolveu simultaneamente todas as grandes potências imperialistas; uma *onda longa recessiva* conformada pela queda abrupta do ritmo de crescimento econômico e das taxas de lucro. Uma das expressões inequívocas desse processo foi a desconstrução e a “crise do *Welfare State*”, desencadeados pela *ofensiva do capital* posta em curso pela burguesia monopolista, cuja finalidade central era fazer do mercado o *único regulador societário*, amputando “as funções democrático-reguladoras que a pressão das organizações de operários e de trabalhadores conseguiu inscrever no Estado burguês até a sexta década do século passado.” (NETTO; BRAZ, 2007, p.146). A resistência operária realizada por meio de ações organizadas capazes de paralisar o processo produtivo e o aprofundamento das lutas de classe nos países centrais acarretavam em entraves internos à plena expansão da lógica capitalista, o que desaguou na imposição de significativas modificações destinadas a fazer frente às dificuldades crescentes de valorização do capital e a reverter a conjuntura francamente negativa. Esta *ofensiva* plasmou-se numa *estratégia política global* que não se resumiu apenas num ataque aos importantes vetores sociopolíticos (dos quais a pressão organizada dos trabalhadores era o mais decisivo), através, por exemplo, da imposição de medidas legais restritivas que reduziram o poder de intervenção do movimento

² Nas “três décadas de ouro” vividas pelo capitalismo monopolista entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta do século XX, as crises cíclicas não foram suprimidas (como as registradas em 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970), mas eram mais curtas e mais superficiais: ao invés de desaguarem em depressões e recessões, tiveram seus impactos diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (sob a inspiração, geralmente, das idéias keynesianas), com retomadas rápidas e intensas, e, sobretudo, com ascensão significativa das taxas de lucro e de crescimento econômico.

sindical. Concomitantemente, foram introduzidas alterações nos circuitos produtivos que deslocaram progressivamente o padrão que se consolidou nas “três décadas de ouro”, substituindo-se o modelo fordista-taylorista de acumulação e seu mecanismo de regulação sócio-política (o keynesianismo), pela modalidade de *acumulação flexível*, ideologicamente legitimada pelo que se difundiu sob a designação de *neoliberalismo*. Nas palavras de François Houtart:

O neoliberalismo nada mais é do que a nova estratégia do capital para recuperar sua capacidade de acumulação, consecutiva à diminuição relativa da produtividade que conduziu ao esgotamento do modelo keynesiano e às novas possibilidades de que ele passa a dispor para recolonizar as economias periféricas. Sob estas bases, ele pôde prosseguir exercendo suas pressões contra qualquer tentativa de reorganização da economia em condições diferentes das suas. A aceleração do processo de acumulação significou, assim, uma dupla ofensiva: de um lado, contra o trabalho; e, de outro, contra o Estado. E, para esse efeito, empregam-se todos os meios: econômicos, culturais, políticos, militares. (HOUTART, 2001, p. 91-92).

O protagonismo dos monopólios continuou a ser o centro da dinâmica do capitalismo em sua configuração contemporânea; todavia, num contexto de significativas mudanças experimentadas pela economia, os processos de desregulamentação e liberalização procedentes da “revolução conservadora” iniciada nos Estados Unidos e no Reino Unido (entre 1979 e 1981)³ conferiram ao capital uma imensa mobilidade internacional sobre o plano das trocas, dos investimentos diretos e dos fluxos financeiros, e impulsionaram processos de fusões e aquisições de empresas que resultaram na formação de grupos industriais transnacionais que passaram a exercer um crescente controle nos mais diferenciados setores da produção, das finanças, do comércio, dos meios de comunicação de massa e de toda uma ampla gama de serviços. Esses gigantescos monopólios assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro de uma lógica de acumulação que condena crescentes segmentos da população mundial à miséria e ao despotismo dos mercados. Seguindo as análises de Chesnais (2000), o conjunto da acumulação passa a ser comandado pela associação entre esses grandes grupos industriais transnacionais e as instituições financeiras - principalmente, as instituições financeiras denominadas “não bancárias”: companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos⁴ -, configurando, sob o apoio dos Estados Nacionais, um modo específico de dominação social e política do capitalismo; um

³ Estratégia esta adotada pelos demais países industrializados nos anos subsequentes.

⁴ Instituições estas que, nas palavras de Chesnais (2000, p. 25), “[...] não têm nenhuma responsabilidades de criação de crédito e que podem se especializar exclusivamente na frutificação da liquidez que elas coletaram e centralizaram em suas mãos”.

modo de funcionamento ordenado em função das prioridades de um capital financeiro com fortes traços rentistas, menos preocupado com a produção de riqueza (ou, melhor, de valor e de mais valia) do que com a apropriação de uma importantíssima fração do que é criado socialmente; um modo de funcionamento situado num quadro político e institucional de prolongamento do imperialismo e que passa a ser compreendido pelo que se convencionou designar de *mundialização do capital*.

Longe de ser um acontecimento “natural”, produto inelutável dos avanços científicos e tecnológicos no campo da informática e da comunicação, essa mundialização deve ser encarada como resultado de um projeto cuidadosamente promovido pelas burguesias dos países centrais e executado pelos governos que a representam. A maior parte dos freios e das salva-guardas que anteriormente haviam contido e canalizado a atividade do capital foram derrubadas graças às medidas de liberalização e desregulamentação que se estenderam tanto a um número cada vez mais importante das atividades econômicas e sociais, quanto a uma quantidade potencialmente crescente de países⁵. Sob o impulso e a intervenção política ativa dos governos de Thatcher e Reagan (e também do conjunto de governos que aceitaram não resistir a eles), o poderio deste núcleo do capitalismo mundial se potencializa com o apoio das instituições surgidas dos acordos de Bretton Woods (em 1944) e que se configuraram como os principais porta-vozes das classes dominantes em escala mundial: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). As formas de “adesão” impostas aos países “mais fracos” passam a exigir dos seus governos uma aplicação cada vez mais estrita não só de uma abordagem comum à liberalização, à desregulamentação, à privatização e ao desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, mas também de regras únicas, relativas à política monetária e fiscal e à relação salarial, generalizando a combinação de uma política de defesa do capital de empréstimo (com taxas de juros positivas e inflação zero), com uma política de alívio da carga fiscal sobre o capital, transferindo-a para os rendimentos do trabalho. (CHESNAIS, 1996, p.23-44). O papel desses “três reis magos do capital em geral” não se limita apenas a efetuar estudos e formular recomendações; eles são os guardiões do predomínio internacional do capital financeiro e principais agentes do disciplinamento universal. Nas palavras de Atilio Boron, a função do FMI, do BM e da OMC é ser um “comissariado político que responde primordialmente aos interesses imperiais dos Estados Unidos e, de forma subordinada, aos de

⁵ “Desse momento data a ‘dívida do Terceiro Mundo’, que esse arrasta como um grilhão e que serviu de arma para arrancar a liberalização, a desregulamentação, a privatização e a ‘desnacionalização’ do capital em países que se haviam engajado na via do desenvolvimento industrial autônomo” (CHESNAIS, 2000, p. 22).

seus aliados, vigiando o cumprimento dos acordos impostos aos países endividados, sob a forma das ‘condicionalidades’.” (BORON, 2001, p. 45-46).

A liberalização dos investimentos e do comércio exterior acarreta num agravamento brutal da relação salarial, planificando o solo onde se assenta o movimento geral do capitalismo global. Contudo, para melhor compreender esse regime de acumulação, deve-se partir da premissa de que, de forma cada vez mais clara, suas tendências essenciais são comandadas “pelas operações e opções de um capital financeiro mais concentrado e centralizado que em nenhum outro período precedente do capitalismo”; ou seja, a esfera financeira é a pedra angular dessa construção, pois nela são estabelecidos os parâmetros e critérios em função dos quais a riqueza criada no processo produtivo é distribuída, colocando “nas mãos do capital que se valoriza pelo viés das aplicações financeiras em bônus e ações, ou pelos empréstimos, um poder que ele não tinha mais desde os anos [19]20” (CHESNAIS, 1998, p.7-8)⁶. A subordinação de outros setores da economia ao império do capital financeiro foi uma das consequências da ascensão da burguesia financeira internacional ao posto de comando do processo de acumulação capitalista, tendo em vista que as taxas de juros fixados pelos oligopólios financeiros maximizam os lucros desta fração do capital em decorrência do fato de que a mesma controla grande parte dos recursos financeiros requeridos pelo processo produtivo. Mais além, a visão de curto prazo do horizonte temporal no qual se realizam as transações próprias da predominante esfera do capital financeiro pressiona os tempos de valorização do capital industrial, distorcendo extraordinariamente suas potencialidades de criação de riqueza e ditando o comportamento das empresas e dos centros de decisão capitalistas, além de refletir no nível e na orientação setorial do investimento produtivo (Idem, 1996, p.16). Conforme nos esclarece Marilda Iamamoto,

Os investidores financeiros institucionais, por meio das operações realizadas no mercado financeiro, tornam-se, na sombra, proprietários acionários das empresas transnacionais e passam a atuar independentemente delas. Interferem no nível e no ritmo de investimentos das empresas - na criação de novas capacidades de produção e na extensão das relações sociais capitalistas voltadas à extração da mais-valia -, na repartição de suas receitas e na definição das formas de emprego assalariado, na

⁶ Na esteira das interpretações realizadas por Lenin, Hilferding e Rosa Luxemburg no começo do século XX, David Harvey afirma que o capital financeiro se tornou um grande trampolim de predação, fraude e roubo: “A forte onda de financialização, domínio do capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativo por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) de correntes de manipulações do crédito e das ações - tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo.” (HARVEY, 2005b, p. 122-123).

gestão da força de trabalho e no perfil do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 108).

O funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros - sob a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais no lastro das orientações dos organismos internacionais - é camuflada pelo “fetichismo” das formas de valorização do capital de natureza especificamente financeira. O discurso da “personificação” dos mercados apresenta as finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, como se fosse possível gerar, no circuito fechado das finanças, uma massa de rendimentos independentemente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção direta, ocultando assim o incontestável relevante “detalhe” de que essa esfera estritamente financeira nada pode gerar por si própria, pois se nutre “[...] da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada [...]” (Ibidem, p. 109).

Dessa forma, a fase atual de mundialização financeira impulsiona a penetração da lógica do mercado em domínios cada vez mais amplos da vida humana, acarretando impactos macroeconômicos que acentuam a pobreza, a desigualdade social e a iniquidade econômica, provocando desemprego em massa, pauperização e exclusão social tanto em escala nacional como internacional. A lógica mercantil é introduzida nos domínios da educação, da saúde, da seguridade social, da cultura etc., dispensando-os conforme a solvência dos indivíduos, e enfraquecendo seu reconhecimento como direitos humanos progressivamente conquistados pelas lutas sociais. O modelo societário imposto atualmente é baseado na lógica exclusiva do capital e na afirmação de que o ajustamento à mesma é a única alternativa cabível aos trabalhadores; situando-se, portanto, como avesso daquele proposto durante o período do capitalismo monopolista do pós-guerra, onde o compromisso entre lógicas societárias contraditórias obrigou o capital a se ajustar às reivindicações dos trabalhadores e das massas populares. Em outros termos, a lógica do lucro máximo que rege o modo de produção capitalista não é responsável pela sustentação das condições de pleno emprego, de cidadanização, de crescimento dos salários (paralelo ao da produtividade), de seguridade social, de industrialização com participação estatal, de redistribuição do produto interno por meio de impostos, de reforma agrária e coletivização. Estas, na verdade, exprimem as ambições de projetos societários populares e nacionalistas anti-sistêmicas, e a garantia destas condições em troca da paz social e respeito aos direitos de propriedade da burguesia foi um dos pilares para a manutenção da estabilidade do “compromisso de classes” keynesiano do pós-guerra, isto é, “a prosperidade do mercado interno e o alto poder de consumo das massas

eram tanto uma ‘conquista’ dos trabalhadores como uma garantia de rentabilidade empresária e da estabilidade do pacto político ‘social democrata’ do pós-guerra.” (BORON, 2001, p. 55).

Na medida em que subsistem a liberalização financeira, a desregulamentação e a abertura comercial, o capital monetarizado pode efetuar grandiosos negócios (e obter lucros em tamanha proporção) mesmo quando a conjuntura econômica se plasma num quadro de recessão, de decréscimo dos consumos populares e de desemprego em massa - haja visto que a sua prosperidade não mais depende do dinamismo do mercado interno (como no período keynesiano), ou seja, as condições requeridas pelo capital financeiro para alcançar a sua fortuna se encontram totalmente dissociadas do bem-estar coletivo ou dos consumos populares. Este forte componente parasitário e predatório característico de suas possibilidades de desenvolvimento assinalam um impacto negativo sobre a estabilização da democracia, confirmando as proposições de Michael Husson (2006) de que, com esta mundialização (e sua heteróclita combinação de instituições), convive uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas.

As democracias modernas emergiram de um processo lento e desigual de incorporação da maioria da população à cidadania, no qual tanto as formas de resistência (centradas, em sua maioria, na oposição entre capital e trabalho, e com a relevância da participação dos sindicatos e dos partidos socialistas e comunistas), quanto as lutas travadas no campo diretamente político, conduziram a uma redução do desemprego (o risco especificamente proletário) através de formas compensatórias estabelecidas por uma crescente intervenção do Estado⁷. As exigências populares para a sua incorporação no terreno da política resultaram em formas de ação política que conservavam, até então, importantes marcas derivadas do seu próprio nascimento: a extensão dos procedimentos democráticos (na sua forma subalternizada de cidadania) mantinha a sua característica incompleta (e, portanto, enquadrada ou domesticada desde os seus primórdios), mas conseguia impor limitações a certas práticas mercantis, mesmo que essas limitações (e isso é importante não desconsiderar) ocorressem no interior da própria lógica capitalista⁸. A particularidade do capitalismo contemporâneo se dá

⁷ Fruto de penosas conquistas, o processo de ampliação democrática no cerne dos países capitalistas parecia prefigurar uma dimensão integradora e generalizável do sistema; contudo, não se pode esquecer que, apesar de alguns significativos saldos positivos, essa dimensão do Estado de tipo keynesiano permanece bastante restrita.

⁸ Nas observações de Netto e Braz (2007, p. 212), uma idealização da dinâmica capitalista (cujo verdadeiro suporte, no domínio da economia, era o período da *onda longa expansiva*) carregava a aparente conclusão de que o “capitalismo democrático” seria consolidado pelo taylorismo-fordismo e pelo keynesianismo: “[...] a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo - mas no

no fato de que as regulamentações impostas ao capital como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras passam a ser por ele destruídas. O restabelecimento da lógica unilateral do capital se exprime por meio de políticas instituídas que traduzem o retorno dos blocos antioperários, antipopulares: o desmantelamento das políticas de pleno emprego e a busca sistemática de um objetivo de restabelecimento do desemprego, o abrandamento do sistema fiscal (em benefício dos mais ricos), desregulações, privatizações, juros elevados e a redução das despesas públicas sociais. Ao desmantelar as barreiras políticas e fiscais, a financeirização transnacionalizada contribui para uma fragilização da capacidade de intervenção dos Estados sobre o capital, suprimindo o controle em relação aos mais diferentes tipos de transferências do capital - sejam elas destinadas ao investimento ou à aplicação especulativa - além de adotar o princípio de câmbios livres e flutuantes (HOUTART, 2001, p.26). O mínimo de respeito a certos critérios de igualdade e democracia (critérios que não deixaram de ser formais, não esqueçamos!!!) torna-se poeira quando os centros de decisão internacional passam a ser deslocados para agências e instituições de natureza altamente autoritária e tecnocrática, que sequer conseguem manter a formalidade do compromisso com as suas instituídas “regras do jogo democrático”, devido à absoluta carência de agências ou procedimentos que possibilitem um mínimo controle popular das decisões tomadas.

De acordo com as análises de Netto (2007, p. 157-162), o ritmo acelerado dos processos de concentração e centralização de capitais ocorrido nos últimos trinta anos (diretamente conectados à acentuada concentração da propriedade) teve como consequência o desenvolvimento de novas interações entre os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram *corporações megaempresariais*), sob as quais um *poder decisório especial* passou a ser assegurado a um restrito círculo de homens (e muito mais restrito de mulheres) pertencentes ao último escalão dessas articulações. Governos e Estados passam a ser instrumentalizados para os fins estratégicos de um restrito grupo, revelando a impotência dos institutos democráticos convencionais diante do *enorme poder econômico e político* concentrado nas mãos dessa “*nova oligarquia* das megacorporações transnacionais”, que, através das agências, instituições e entidades de caráter supranacional (FMI, Banco Mundial e organismos vinculados à ONU), exercem um enorme poder de pressão sobre os Estados capitalistas mais débeis, o que lhes permite impor um arco de políticas que abarca

quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do *consenso*, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa.”.

tanto as providências e medidas menos abrangentes quanto as orientações macroeconômicas - frequentemente direcionadas aos “ajustes estruturais”.

No caso da América Latina, o processo de re-institucionalização da democracia desenvolvido a partir dos anos 80 do século XX pode ter representado um avanço político significativo na região, onde países com pouca ou nenhuma tradição democrática prévia passaram a reconhecer instituições e procedimentos que permitiram a inclusão formal de milhões de cidadãos no processo de escolha das elites políticas encarregadas das decisões coletivas. Entretanto, o modelo de democracia que se desenvolveu acabou se tornando efetivamente num mecanismo de governabilidade, preservando os conflitos na medida em que filtra e controla as demandas sociais até níveis tolerados pelo sistema, numa concepção de que somente com este referencial é que se pode assimilar a democracia com a governabilidade nos tempos atuais. É indubitável que esta debilidade congênita da democracia política nos países latino-americanos assumiu novos traços em decorrência dos “planos de ajuste estrutural” propostos pelas agências financeiras internacionais para superar os desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos ocorridos em escala internacional desde os anos 1970, planos estes que foram implementados nas últimas décadas pelos governos democraticamente eleitos, e que, conforme já assinalado, implicaram - se analisados sob o ângulo da correlação de forças entre capital e trabalho - um incremento notável do poder econômico, social e político dos setores e grupos mais transnacionalizados do capital que são beneficiários diretos de processos de concentração e centralização, em paralelo ao *desastre social* imputado às massas trabalhadoras e às classes subalternas. Consubstanciado pelas (contra)reformas de cunho neoliberal, esse *ajuste* debilita exponencialmente as capacidades das instituições estatais em termos de ação e coordenação geral das políticas públicas, minando a ação do Estado como agente de desenvolvimento e integração social, de valorização e eficácia dos serviços públicos e do funcionalismo público, desmontando assim as bases da constituição dos atores sociais e da representação simbólica coletiva da comunidade política.

Na batalha do ajuste estrutural, o alvo preferido dos governos foram as políticas sociais públicas, consideradas como causa primeira do déficit público. Se nos países onde o *Welfare State* já estava estruturado esse processo foi menos intenso e doloroso - com o desmantelamento total enfrentando o impedimento das forças organizativas da sociedade civil e da própria burocracia estatal -, nos países periféricos (onde o Estado de Bem-Estar Social não chegou a ser constituído na sua expressão clássica), as já precárias condições sociais da grande maioria da população agravaram-se de forma crescente com as irreparáveis perdas

sofridas pelas políticas sociais universais, como Previdência, Saúde, Assistência e Educação Básica. Soares (2001) indica dois traços comuns que caracterizam o perfil das políticas sociais na América Latina: o primeiro é de natureza pró-cíclica ou regressiva, tanto em relação ao gasto como ao financiamento do setor social, reduzido a mecanismos compensatórios mínimos; o segundo é o esvaziamento do orçamento dos setores sociais, com cortes em programas destinados aos segmentos de classe mais subalternizados e com menor poder de pressão, o que impede a expansão dos serviços e produz a sua saturação pelo excesso de demanda. Simionatto (2000) destaca que essas indicações possuem como denominador comum a contenção do gasto público, principalmente em áreas sociais, o fomento à privatização, o corte dos direitos sociais e a redução do acesso aos serviços e benefícios. Com o objetivo de compensar os efeitos negativos das políticas econômicas restritivas, as políticas sociais públicas passam a concentrar-se em programas assistenciais, nos quais a focalização nos segmentos pobres desconsidera as alarmantes taxas de crescimento da pobreza atingida nesses países (representando mais da metade da população), sem ocorrer a contrapartida de investimentos financeiros e cobertura dos programas necessários para erradicá-la. Assim, o lugar das políticas sociais públicas nos países da América Latina, e mais especificamente no Cone Sul, passa a se situar

[...] cada vez mais para fora do Estado, reduzindo os direitos de cidadania e ampliando o fosso entre sociedade política, sociedade civil, governantes e governados. Reformado pelo alto, sem qualquer discussão democrática e excluindo a participação popular, as reformas consagram o “Estado hobbesiano”, desqualificando a política e a democracia. (Ibidem, p.34).

Decerto, as modalidades de ajuste e das reformas estruturais implementadas na América Latina relacionam-se com as particularidades sócio-históricas do estágio de desenvolvimento do capitalismo em cada país, suas diferentes estruturas produtivas, suas trajetórias políticas e organizações sócio-institucionais (partidos políticos, sindicatos, organizações empresariais). Contudo, conservadas essas diferenciações, pode-se constatar que a crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, a privatização no atendimento das necessidades sociais das grandes majorias, o crescimento das organizações não governamentais e a precarização do emprego são similitudes existentes em quase todos os países da região, o que traz à tona o desafio de se enfrentar essa questão criando formas coletivas de enfrentamento dessas desigualdades, desenvolvendo uma cultura democrática, resgatando a dimensão da esfera pública, e

mantendo a luta em defesa da cidadania no atual contexto de redução da dimensão social da mesma.

A luta dos trabalhadores sob a ofensiva neoliberal: a particularidade brasileira.

Para pensarmos a particularidade brasileira, é importante considerar que, em nossos marcos, o capitalismo consolidou seu padrão de acumulação industrial especialmente no pós 1964, onde desenvolveu uma estrutura produtiva com dois objetivos: de uma lado criou-se uma produção de bens de consumo duráveis para um mercado interno e seletivo, e por outro lado, objetivava desenvolver para exportação. Assim, o processo de acumulação estruturou-se através de um processo de superexploração da força de trabalho, onde cada vez mais trabalhava-se mais, ganhava-se pouco e por mais tempo.

Ao final da ditadura militar, esse padrão produtivo começou a sofrer as primeiras alterações, pois foi a partir da universalização do capital e sua necessidade cada vez maior de alcançar novos territórios que o Brasil teve que adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social e sexual do trabalho, trazendo mecanismos que procuravam o envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas, necessidade das empresas brasileiras buscarem a competitividade internacional, etc.

“Nos primeiros anos da década de 1980 a necessidade de elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQ’s (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção (Just in time e Kanban)” (ANTUNES, 2000, p. 17).

É importante destacar que os processos históricos que marcaram a década de 1980 no Brasil iniciaram-se em 1978, com uma onda de greves pelo país que expressaram a superação dos anos mais difíceis da ditadura civil-militar, quando, até então, as greves eram duramente reprimidas. Nos anos 1980 tivemos o maior número de greves na história do país, o que garantiu um acúmulo de forças que permitiu a disputa presidencial de 1989 entre um representante da burguesia tradicional e um líder operário. (GIANNOTTI, 2009)

A derrota do “socialismo real” e a perda de força política da União Soviética representou o domínio estadunidense. Enquanto o cenário mundial apontava para a diminuição das lutas dos trabalhadores e para uma grande crise da esquerda, surge no Brasil um partido que concebia o socialismo de forma diferente, e, no mesmo processo surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com uma proposta também distinta das demais

centrais, posto que não era direcionada por experiências européias e desprovida do interesse em filiar-se a grandes confederações sindicais mundiais.

No Brasil, o regime militar estava em “retirada” em 1978, após a onda de greves e insatisfação generalizada, assim como as imagens da greve mostravam que o regime já não estava com a mesma força que possuía entre 1969 e 1976.⁹ Desde 1977 os trabalhadores buscavam melhorar seus salários e conquistar melhorias nas condições de trabalho e, no interior das fábricas. *“Já iam longe os anos do chamado ‘milagre econômico’ embalados por musiquinhas ufanistas e pela desinformação diária da Rede Globo”.* (Ibid., p.239)

Aumentara a pressão sobre o trabalhador para o aumento da produção nas fábricas e com isto, na década de 1980 o saldo do movimento sindicalista foi positivo, com uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde 1970, e com o nascimento das Centrais Sindicais, como a CUT, criada em 1983. Ainda que de modo insuficiente, buscou-se avançar nas tentativas de mobilização nos locais de trabalho, obteve-se um avanço no número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos. O aumento da sindicalização representou um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década. (ANTUNES, 2003)

Neste mesmo processo de ascensão das lutas sindicais, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas responsáveis por inserir o sindicalismo brasileiro na onda regressiva. Dentro de um quadro recessivo intensificado, a automação, a robótica e a microeletrônica geravam uma onda de desproletarização de grandes contingentes de operários, em que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização e de privatização acelerada cresciam sob a hegemonia neoliberal que propunha corte de gastos públicos e diminuição do controle do Estado sobre as ações do mercado, que sob o governo Collor ganham um grande impulso. (Ibid.)

Ao longo dos anos 1990 ocorreu no Brasil um processo político e social que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa em nosso país, baseada no discurso e na prática do modelo capitalista neoliberal dependente. O Brasil foi o último país da América Latina que implementou políticas neoliberais, por estar diante do desafio político em equacionar interesses das distintas frações do capital, presentes no antigo modelo de substituição de importações, bem como pela intensa atividade política desenvolvida pelos

⁹ Devemos excluir deste processo a rede Globo sempre comprometida com as classes dominantes deste país, “totalmente integrada e a serviço da Ditadura” (GIANOTTI, 2009, p.239).

trabalhadores na década de 1980. Esse ativismo estava expresso, entre outros eventos, na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007).

O fracasso do Plano Cruzado, assim como dos demais planos da segunda metade da década de 1980, e ao longo dos debates travados na Assembleia Constituinte (1986-1988) representa o fortalecimento do projeto neoliberal, que ultrapassou o campo meramente doutrinário e avançou como programa político, quando as distintas frações do capital perceberam o caráter estrutural da crise, o esgotamento do modelo de substituição de importações e do projeto neodesenvolvimentista.

A eleição de Collor representou a consolidação político-ideológica do projeto neoliberal no interior das diferentes frações das classes dominantes que estavam temerosas com o conteúdo das lutas dos trabalhadores, que já ultrapassavam o economicismo. A construção de um Partido político de massa, com a defesa de um projeto nacional, democrático e popular também ameaçava o controle do processo político, quando diversas frações do capital unificaram-se em torno do projeto neoliberal, mesmo com contradições e disputas internas, construindo um bloco que se fortaleceu a partir da consolidação das reformas liberais durante os dois governos Cardoso e, a partir de 2003, chegou ao estágio mais avançado, quando o governo Lula garantiu maior coesão política a este bloco de poder ao reduzir significativamente seus opositores e enfraquecer a capacidade de mobilização do movimento social e sindical.

A fração hegemônica deste bloco dominante é composta pelo capital financeiro internacional (que possui sua expressão mais emblemática nos fundos de pensão, nos fundos mútuos de investimento e nos grandes bancos dos países desenvolvidos); pelos notáveis grupos econômico-financeiros nacionais que mantêm uma relação de associação subordinada com capitais estrangeiros; e pelo capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). Apesar de todos os grupos econômicos e das frações do capital estarem subordinados à lógica financeira, quando aplicam seus excedentes no mercado financeiro e em particular nos títulos da dívida pública, apenas aqueles que se articulam organicamente com a esfera financeira pelo controle de uma ou mais instituições financeiras são os sujeitos fundamentais dessa lógica, que subordina o Estado, a política econômica e social e a ação política em geral.

A hegemonia política do capital financeiro se mantém durante todo o período neoliberal, do governo Collor ao governo Lula, quando a política econômica e social do

Estado brasileiro atendeu prioritariamente aos interesses dos investidores internacionais, assim como dos bancos e fundados de investimento nacionais subordinando os interesses das demais frações burguesas aos interesses das finanças.

De passagem, convém ressaltar que só é correto afirmar que Lula dá continuidade à política econômica de Fernando Henrique Cardoso, se estivermos nos referindo apenas à política do segundo governo FHC. A nova fase do neoliberalismo brasileiro é consequência da pressão política da burguesia interna ao longo de toda a década de 1990 e também do estrangulamento externo, esse nosso velho conhecido, que ressurgiu nos anos noventa sob a forma da crise cambial de 1998-1999. Resumidamente, o novo arranjo do bloco no poder possibilitou uma integração mais ativa da grande burguesia interna à política hegemônica do capital financeiro, visando, através do crescimento das exportações, obter os dólares e a receita necessários para remunerar o capital financeiro nacional e internacional. (BOITO Jr., 2004, p. 272)

Um dos fatores estruturais dos interesses neoliberais é a política de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução dos salários ou supressão dos gastos e direitos sociais. Nesse terreno, o governo Lula manteve o que herdou do governo FHC, no que se refere à inexistência de uma política salarial a políticas sociais meramente compensatórias. Este elemento da política neoliberal se processa no governo Lula via reforma da previdência social, corte de direitos previdenciários dos trabalhadores do setor público e estímulo aos fundos de pensão, via reforma trabalhista e sindical. Estas ações do governo Lula garantiram o apoio de diferentes camadas da burguesia e forma variada.

O segundo fator que compõe o modelo neoliberal são as privatizações, porém estas têm favorecido apenas as grandes empresas monopolistas e o imperialismo. A política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira, representou o terceiro componente da política neoliberal no Brasil durante o primeiro mandato do governo Lula, e que foi disputa no interior da burguesia na primeira fase do modelo neoliberal (1990-1999).

Foi nos anos 1990 que a reestruturação produtiva se desenvolveu no Brasil com a intensificação da *lean production*, do sistema *Just in time*, *Kanban* do processo de qualidade total das formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, acentuou-se os traços da superexploração do trabalho. O trabalhador é livre para escolher por quem ser explorado e seus direitos são cada vez mais minimizados ou nulos em função do desenvolvimento econômico. Tem-se cada vez mais a precarização do trabalho, dos salários, redução dos direitos sociais para empregados (e principalmente para terceirizados).

O trabalhador terceirizado permanece 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada semanal de três horas a mais e ganha 27% a menos que o contratado de forma direta, diz um estudo de 2011 do Departamento Intersindical de Estatísticas e

Estudos Socioeconômicos (Dieese). O número mais drástico, porém é o de que, a cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados . No Brasil, estima-se que existam entre 12 e 13 milhões de terceirizados, mas esse número pode ser bem maior, uma vez que os dados não são oficiais. (Brasil de Fato, 2013, p.6.)

A reestruturação produtiva sinalizou uma mudança considerável no perfil da classe trabalhadora em decorrência das precárias condições de trabalho (contratação proveniente da terceirização, das alterações nos níveis de qualificação, entre outros fatores). Como destaca Mattos (2009) o aumento de força de trabalho no setor de serviços, da participação da mulher no mercado de trabalho e de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego, assim como entre o mercado formal e o informal de trabalho, entre o trabalho em tempo parcial ou integral, são elementos significativos na definição da composição da classe e que não devem ser desprezados, indicando não o fim da classe, mas uma mudança no seu perfil. Neste contexto novas propostas de trabalho participativo que buscavam a conciliação entre capital e trabalho foram associadas à ameaça de desemprego, pelo receio da mobilização, contra a qual as empresas protegiam-se realizando a transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical. Com a crescente desregulamentação do mercado de trabalho, os setores tradicionalmente estruturantes do sindicalismo operário típico, como os metalúrgicos, encolheram, colaborando para a fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical em diferentes países.

Considerações finais

Nestes marcos, devemos compreender que o capitalismo tornou-se um sistema mais universal, com mercados cada vez mais internacionais e transações econômicas de todo tipo que envolvem todo o planeta. Cada vez mais temos a flexibilização e a precarização do trabalho, e cada vez mais as relações de trabalho são tomadas pelo processo de reestruturação produtiva, potencializando a precarização do trabalho, e agravando as suas condições de existência, haja vista a constante aniquilação dos seus direitos que sempre vem acompanhada da potencialização da acumulação do capital.

É preciso compreender também que está dentro da proposta neoliberal transformar os trabalhadores em consumidores que deverão possuir, no máximo, algumas reivindicações de interesses particulares. É nesta direção que, apesar do neoliberalismo ainda não propor amplamente e de forma aberta o fim dos sindicatos (mesmo que o empresariado sintam-se livre a coibir mobilizações desse tipo em suas empresas), tende a permitir sua presença apenas par

ao trato de interesses econômico-corporativos. Dessa forma a idéia de cidadania é reduzida à concepção de direitos individuais, concentrado especialmente no direito ao consumo e à fruição da própria vida, no oposto à concepção verdadeiramente democrática que concebe o cidadão como membro da comunidade e da *esfera pública*.

Nesse sentido, as esquerdas possuem um desafio. Como recuperar essa esfera pública num contexto de lutas que esvaziam a universalidade em nome da diversidade? Como resgatar o trabalho como categoria universalizante e, portanto, o mundo do trabalho como vetor de transformação da sociedade num contexto de desemprego, informalidade e crise das organizações sindicais que são representadas ainda em sua maioria por trabalhadores formais? Neste contexto precisamos considerar o que os novos movimentos sociais podem nos ensinar. É preciso atualizar os partidos e os sindicatos para que eles possam acompanhar a nova morfologia do trabalho e para que possam discutir as questões de nossa época na construção de uma cultura alternativa que reaja ao racismo, à homofobia, ao machismo, mas que também é parte da afirmação de valores que encontram correspondência e amplo apoio nas lutas por igualdade e liberdade no campo socialista. Nesse sentido, a construção de uma hegemonia alternativa ao neoliberalismo exige que a esquerda supere todo tipo de fragmentação que possa sugar suas energias de luta e resistência a esta ordem.

Referências Bibliográficas.

- ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9 ed. SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- BOITO Jr., A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil, *Crítica Marxista*, p. 80-105, São Paulo: Xamã, 1996.
- BORON, A. A nova ordem imperial e como desmontá-la. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (orgs.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 37-88.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (coord). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. Por trás do discurso sobre a mundialização “inevitável”. In: CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. F. (Orgs.). *A crise do capitalismo globalizado*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

- GIANNOTTI, V. História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil. 3 edição revista ampliada. RJ: Mauad X, 2009.
- GONÇALVES; FILGUEIRAS. A economia política do governo Lula. SP: Contraponto, 2007.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005b.
- HOUTART, F. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (orgs.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 89-98.
- HUSSON, M. *Miséria do capital*. Lisboa, Terramar, 1999.
- _____. Mundialização: novo horizonte do capitalismo. *Margem esquerda*, São Paulo, n.8, p.2-12. 2006.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social no Tempo do Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, K. *Elementos Fundamentais para la Critica de la Economia Politica (Grundrisse)*.1857-1858.12. Ed. Mexico: Siglo XXI, , 2v, 1980.
- _____. *O capital*. Livro I, v. 1. SP: Editora Nova Cultura, 1996.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SIMIONATTO, I. Reforma do Estado ou modernização conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul. In: *Ser Social*. Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n. 7, . p. 11-42, jul./dez. 2000.
- SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.